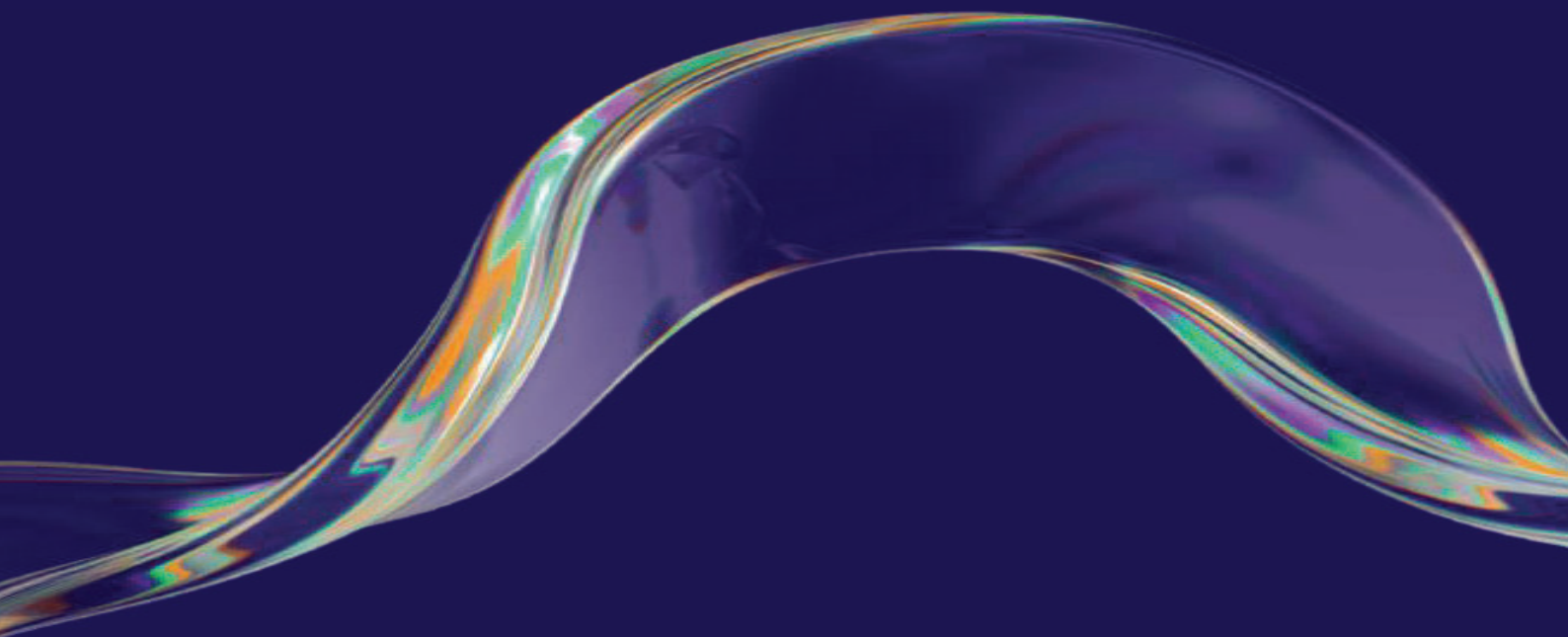


Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sol do Piauí Geração de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 13 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém um elevado grau de dependência com parte relacionada, seu único cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Balço patrimonial.....	9
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	11
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis.....	11
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	13
5	Receitas	13
6	Custos e despesas.....	14
7	Resultado financeiro líquido	14
8	Caixa e equivalentes de caixa.....	15
9	Contas a receber de clientes.....	16
10	Imobilizado	16
11	Financiamentos	19
12	Fornecedores.....	20
13	Partes relacionadas.....	20
14	Imposto de renda e contribuição social.....	22
15	Patrimônio líquido.....	22
16	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	23
17	Seguros.....	28

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	20.212	364
Custo com energia elétrica	6	(1.704)	(16)
Custo com operação	6	(11.121)	(275)
Lucro bruto		7.387	73
Despesas operacionais	6		
Gerais e administrativas		(1.776)	(230)
		(1.776)	(230)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		5.611	(157)
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		4.242	3.286
Despesas financeiras		(19.609)	(13.553)
		(15.367)	(10.267)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.756)	(10.424)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(2.064)	-
Prejuízo do exercício		(11.820)	(10.424)

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(11.820)	(10.424)
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(11.820)	(10.424)

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.756)	(10.424)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	11 (c)	11.925	1.183
Depreciação		9.724	-
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	96	16
Rendimento sobre conta reserva		(287)	-
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas	7	7.238	11.438
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos		350	-
		<u>19.290</u>	<u>2.213</u>
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(1.663)	(402)
Tributos a recuperar		641	(636)
Partes relacionadas		747	(1.611)
Demais créditos e outros ativos		(548)	56
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		410	(8.089)
Tributos a recolher		(1.045)	2.004
Partes relacionadas		(1.291)	3.530
Demais obrigações e outros passivos		1.578	3.193
Caixa proveniente das operações		18.119	258
Juros pagos sobre empréstimos	11 (c)	(4.336)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.142)	(45)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.641	213
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação sobre conta reserva		(3.840)	-
Aquisição de imobilizado		(10.516)	(202.623)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(14.356)	(202.623)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de mútuo		(103.564)	(31.983)
Captação de mútuos		-	137.000
Captação de recursos	11 (c)	88.108	94.000
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures	11 (c)	(5.633)	-
Adição dos custos com captação	11 (c)	-	(2.023)
Aumento de capital		-	45.001
Dividendos pagos		-	(46)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(21.089)	241.949
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(22.804)	39.539
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.981	10.442
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		27.177	49.981

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	27.177	49.981
Contas a receber de clientes	9	2.065	402
Partes relacionadas	13	864	-
Tributos a recuperar		97	738
Outros ativos		1.012	465
		31.215	51.586
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva		4.127	-
Partes relacionadas	13	-	1.610
		4.127	1.610
Imobilizado			
	10	233.474	226.989
		233.474	226.989
Total do ativo		268.816	280.185

	Nota	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	9.442	3.010
Fornecedores	12	6.177	74
Tributos a recolher		246	377
Partes relacionadas	13	4.520	3.503
Outros passivos		1.843	292
		22.228	7.256
Não circulante			
Financiamentos	11	173.894	90.166
Tributos a recolher		1.694	1.686
Partes relacionadas	13	17.821	116.455
Obrigações com desmobilização de ativos		3.824	3.447
		197.233	211.754
Total do passivo		219.461	219.010
Patrimônio líquido			
Capital social	15	71.452	71.452
Prejuízos acumulados		(22.097)	(10.277)
Total do patrimônio líquido		49.355	61.175
Total do passivo e patrimônio líquido		268.816	280.185

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva Legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2022	26.451	10	137	-	26.598
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.424)	(10.424)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	(10.424)	(10.424)
Aumento de capital	45.001	-	-	-	45.001
Absorção de prejuízos acumulados	-	(10)	(137)	147	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	45.001	(10)	(137)	147	45.001
Em 31 de dezembro de 2023	71.452	-	-	(10.277)	61.175
Prejuízo do exercício	-	-	-	(11.820)	(11.820)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	(11.820)	(11.820)
Em 31 de dezembro de 2024	71.452	-	-	(22.097)	49.355

1 Considerações gerais

A Sol do Piauí Geração de Energia Ltda ("Empresa"), é sociedade limitada, com sede na cidade de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí, que foi constituída em 05 de novembro de 2019.

A Empresa tem como objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de energia elétrica por fonte solar e comercializar a energia elétrica proveniente da usina e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

A Empresa é controlada direta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Empresa entrou em operação em fase de teste em novembro de 2023 e em fase comercial em janeiro de 2024, com quatorze unidades geradoras com capacidade instalada de 48.118 kW, localizadas no município de Curral Novo do Piauí, estado do Piauí.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e ocorrem de acordo com as regras e procedimentos de comercialização da CCEE.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2025.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Empresa em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

3.1.2 Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Empresa

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Empresa ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Empresa optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Empresa está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Empresa iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
9	Contas a receber
10	Imobilizado
15	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receitas

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Empresa segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	13	20.825	-
Energia de curto prazo - CCEE		169	401
		<u>20.994</u>	<u>401</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(766)	(37)
ICMS sobre receitas operacionais		(16)	-
		<u>(782)</u>	<u>(37)</u>
Receita líquida		<u>20.212</u>	<u>364</u>

6 Custos e despesas

				2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Energia comprada	(1.659)			(1.659)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(45)	-	-	(45)	(16)
Depreciação e amortização	-	(9.724)	-	(9.724)	-
					-
Pessoal	-	-	(249)	(249)	-
Pessoal	-	-	(249)	(249)	-
Materiais	-	(72)	-	(72)	(1)
Materiais	-	(72)	-	(72)	(1)
Serviços	-	(923)	(1.137)	(2.060)	(366)
Serviços de terceiros	-	(496)	(1.137)	(1.633)	(359)
Serviços de manutenção	-	(427)	-	(427)	(7)
Outros	-	(402)	(390)	(792)	(138)
Aluguéis e arrendamentos	-	(306)	-	(306)	(19)
Seguros	-	-	(397)	(397)	(93)
Impostos, taxas e contribuições	-	(100)	-	(100)	(8)
Outros custos e despesas líquidas	-	4	7	11	(18)
	<u>(1.704)</u>	<u>(11.121)</u>	<u>(1.776)</u>	<u>(14.601)</u>	<u>(521)</u>

As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		4.165	3.285
Juros sobre ativos financeiros		77	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		-	(153)
Outras receitas financeiras		-	154
		<u>4.242</u>	<u>3.286</u>
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	11 (c)	(5.290)	-
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(6.635)	(1.183)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(96)	(16)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos		(350)	-
Juros sobre mútuo - Partes Relacionadas	13	(7.238)	(11.438)
Outras despesas financeiras		-	(916)
		<u>(19.609)</u>	<u>(13.553)</u>
		<u>(15.367)</u>	<u>(10.267)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

(a) Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	66	105
	<u>66</u>	<u>105</u>
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (b)	26.215	49.876
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	896	-
	<u>27.111</u>	<u>49.876</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>27.177</u>	<u>49.981</u>
Fundo de liquidez – Conta reserva (i)		
Não circulante	4.127	-
	<u>4.127</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>31.304</u>	<u>49.981</u>

- (i) Os contratos de financiamento da Empresa exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

(b) Quotas de fundos de investimentos

	2024	2023
Quotas de fundos de investimentos		
Operações Compromissadas – Títulos públicos	23.269	33.875
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	2.946	16.001
	<u>26.215</u>	<u>49.876</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Auren. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,46% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (99,66% em 31 de dezembro de 2023).

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas:

	2024	Rating local 2023
AAA	31.304	49.981
	<u>31.304</u>	<u>49.981</u>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Empresa, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Partes relacionadas (Nota 13)	1.910	-
Energia de curto prazo - CCEE	155	402
	2.065	402

(b) Vencimentos de contas a receber

A Administração analisou e não há saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. As taxas de depreciações utilizadas pela Empresa são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa N°674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Empresa reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Empresa para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Painéis solares	Máquinas e Equipamentos	Desmobilização de ativos	Edifícios e construções	Custo de Serviço	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício										
Custo	-	-	-	-	-	-	-	226.989	226.989	16.477
Saldo líquido no início do exercício	-	-	-	-	-	-	-	226.989	226.989	16.477
Adições		-	-	-				16.209	16.209	210.512
Depreciação	(8.388)	(1.190)	(126)	(11)	(6)	(3)	-	-	(9.724)	-
Transferências	204.279	34.331	3.474	375	207	201	7	(242.874)	-	-
Saldo no final do exercício	195.891	33.141	3.348	364	201	198	7	324	233.474	226.989
Custo	204.279	34.331	3.474	375	207	201	7	324	243.198	226.989
Depreciação acumulada	(8.388)	(1.190)	(126)	(11)	(6)	(3)	-	-	(9.724)	-
Saldo líquido no final do exercício	195.891	33.141	3.348	364	201	198	7	324	233.474	226.989
Taxas médias anuais de depreciação - %	14	4	3	3	3	6	5			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

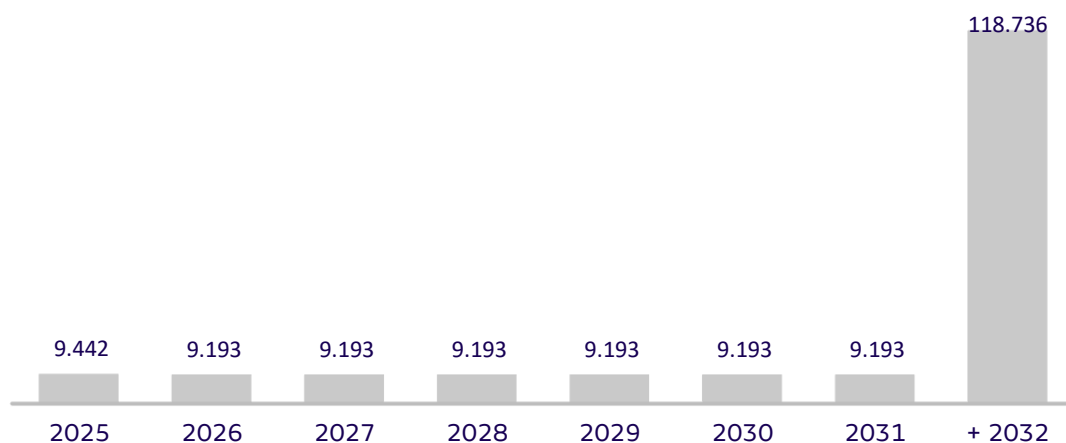
(a) Composição

2024										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDÉS	IPCA + 3,65%	9.288	(96)	250	9.442	175.709	(1.815)	173.894	183.336	249.058
		9.288	(96)	250	9.442	175.709	(1.815)	173.894	183.336	249.058

2023										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	
BNDÉS	IPCA + 3,65%	3.106	(96)	-	3.010	92.077	(1.911)	90.166	93.176	129.556
		3.106	(96)	-	3.010	92.077	(1.911)	90.166	93.176	129.556

BNDÉS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	93.176	-
Captações	88.108	94.000
Provisões de juros	5.290	-
Atualização monetária	6.635	1.183
Adições dos custos de captações	-	(2.023)
Apropriações dos custos de captações	96	16
Juros pagos	(4.336)	-
Liquidações	(5.633)	-
Saldo no final do exercício	183.336	93.176

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES	Garantia Auren Energia S.A.; Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

A Empresa não está sujeita ao cumprimento de *covenants* financeiros, contudo, os contratos de financiamentos contêm *covenants* restritivos e cláusulas de vencimento antecipado.

12 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de materiais e serviços	6.108	-
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 13)	69	74
	6.177	74

13 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Sociedade.

A Empresa não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo		Passivo		Vendas e serviços	Compras, serviços e outros		Resultado financeiro	
	2024	2023	2024	2023	2024	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 9)									
CESP Comercializadora de Energia S.A.	1.910	-	-	-	20.825	-	-	-	-
	<u>1.910</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.825</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros débitos (i)									
Ventos de São Vinicius Energia Renováveis S.A.	123	230	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de São Adeodato Energia Renováveis S.A.	124	230	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Agostinho VII Energia Renováveis S.A.	122	230	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Afonso Energia Renováveis S.A.	123	230	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Alberto Energia Renováveis S.A.	124	230	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santo Casimiro Energia Renováveis S.A.	124	230	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Albertina Energia Renováveis S.A.	124	230	-	-	-	-	-	-	-
	<u>864</u>	<u>1.610</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores - serviços									
Votorantim S.A. (ii)	-	-	69	74	-	383	278	-	-
Mútuo									
Auren Energia S.A.	-	-	17.818	116.455	-	-	-	(7.238)	(11.438)
Outros									
Repasso de custos partes relacionadas (iii)									
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	185	114	-	71	114	-	-
Auren Energia S.A.	-	-	3.345	2.566	-	528	2.566	-	-
Jaíba V Holding S.A.	-	-	498	498	-	-	498	-	-
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	495	325	-	169	325	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.523</u>	<u>3.503</u>	<u>-</u>	<u>768</u>	<u>3.503</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>2.774</u>	<u>1.610</u>	<u>22.410</u>	<u>120.032</u>	<u>20.825</u>	<u>1.151</u>	<u>3.781</u>	<u>(7.238)</u>	<u>(11.438)</u>

(i) Rateio referente ao pagamento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST.

(ii) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da controladora Votorantim, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades são reembolsadas à Votorantim com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Sociedade.

(iii) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa optou pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferiu seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia, e para as receitas financeiras com base 100% na alíquota de 25% (IRPJ) e 9% (CSLL).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	20.994	20.994	4.240	4.240
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	1.680	2.519	4.240	4.240
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	396	227	1.059	382

15 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Empresa.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2024	2023
Saldo no início do exercício	47.505	(44.058)	3.447	-
Adições			-	3.447
Remensuração		27	27	-
Ajuste a valor presente		350	350	-
Saldo no final do exercício	47.505	(43.681)	3.824	3.447
Não circulante	47.505	(43.681)	3.824	3.447
	47.505	(43.681)	3.824	3.447

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado da Empresa é de R\$ 71.452, composto por 71.451.000 quotas de valor nominal e unitário de R\$ 1,00 integralmente detidas pela Auren, única quotista da Empresa.

17 Instrumentos financeiros e gestão de risco

17.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da Empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Empresa classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nota	Nível	2024	2023
Ativos				
Ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	9		2.065	402
Ao valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (i)	8	1	27.111	49.876
Fundo de liquidez – Conta reserva	8	1	4.127	-
			<u>31.238</u>	<u>49.876</u>
			<u>33.303</u>	<u>50.278</u>
Passivos				
Ao custo amortizado				
Financiamentos (ii)	11		183.336	93.176
Fornecedores	12		6.177	74
Partes relacionadas	13		23.912	119.958
			<u>213.425</u>	<u>213.208</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido;

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11.

A Empresa divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis)

17.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental e (e) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Empresa, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às sociedades *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos (i)	15.652	15.274	43.913	66.652	107.578	249.069
Fornecedores	6.177	-	-	-	-	6.177
Partes relacionadas	4.520	17.821	-	-	-	22.341
	26.349	33.095	43.913	66.652	107.578	277.587
Em 31 de dezembro de 2023						
Empréstimos e financiamentos (i)	5.678	7.997	23.554	37.364	65.753	140.346
Fornecedores	74	-	-	-	-	74
Partes relacionadas	3.503	116.455	-	-	-	119.958
	9.255	124.452	23.554	37.364	1.892.218	260.378

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Empresa são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Empresa está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Empresa realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Empresa consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Sociedade, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Empresa os quais são permanentemente monitorados.

17.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado						
			Choque nas curvas de 31/12/2024	Cenário I		Cenários II & III			
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	
Taxas de juros									
BRL - CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva	31.238	151bps	470	(949)	(1.898)	949	1.898	
BRL - IPCA 4,83%	Financiamentos(i)	185.247	17bps	(315)	2.237	4.474	(2.237)	(4.474)	

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* basis points

18 Seguros

A Empresa mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil geral. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025

O prêmio total pago em 31 de dezembro de 2024 para a contratação do seguro acima mencionado é de aproximadamente R\$ 523 (R\$ 278 em 31 de dezembro de 2023).